

A EAD COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO NO CERRADO: BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO POLO DE APOIO PRESENCIAL DA UAB EM PALMAS/TO

Palmas -TO, 03/2014

Lorrane de Lima Primo – Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC - Mestranda
do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - e-mail:
lorraneprimo@gmail.com

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (1)

EDUCAÇÃO SUPERIOR (3)

TECNOLOGIA EDUCACIONAL (H)

DESCRIÇÃO DO PROJETO EM ANDAMENTO

RESUMO

Este artigo apresenta-se como parte do projeto em andamento da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Planejamento da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, refletindo a partir da análise técnica como colaboradora da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Tocantins - SEDECTI e da experiência como tutora presencial de cursos superiores ofertados pelo pólo presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em Palmas. O intento é analisar a modalidade de Educação a Distância (EAD) como Políticas Públicas de desenvolvimento para o Cerrado, em especial para o contexto da capital Palmas percebendo como a comunidade se beneficia com as transformações globalizadas promovidas pela Educação.

Baseamos a argumentação nos benefícios que a nova era da informação e tecnologia produz na sociedade atual, modificando modelos, conceitos e evidenciando transformações e resultados positivos com a efetivação da Educação a Distância como política pública de desenvolvimento.

Palavra chave: Políticas Públicas; Educação a Distância; UAB, Polo de Apoio Presencial

1.Introdução

Este estudo busca refletir a importância da EAD como ação efetivada pela Política Pública para o desenvolvimento do cerrado brasileiro, especificamente do mais novo estado da federação, o estado do Tocantins, enfatizando a implantação da política educacional na modalidade de EAD no polo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil em Palmas, município onde está situado a Capital que por sua centralidade geográfica recebe cidadãos oriundos de várias partes do Brasil e do mundo em busca de melhor qualidade de vida e formação acadêmica.

Aborda-se também a EAD como política pública estratégica do Ministério da Educação - MEC, referenciando sua regulamentação no Brasil e descrevendo alguns conceitos teóricos que a colocam como fundamental para possibilitar a viabilidade de uma consciência cidadã que promova transformações e impactos no cotidiano das pessoas pela formação acadêmica adquirida, independente do lugar que residem pelo poder de otimizar tempo e espaço, romper distâncias e barreiras territoriais, fomentando a inclusão social e tecnológica no Brasil.

No terceiro momento, mesmo que timidamente apresenta o processo histórico de criação do Estado e da capital Palmas, as expectativas com a implantação de pólo de apoio presencial da UAB como agente integrador de possibilidades sociais, evidenciando através dos dados os cursos ofertados e o atendimento realizado por diversas instituições de ensino superior, o que promove modificações e resultados no contexto de formação acadêmica e no mundo real dos cidadãos.

Compreende-se para esta análise a globalização como fator preponderante no mundo contemporâneo, encurtando distância e aproximando os povos de diferentes culturas e percepções, promovendo constantes mudanças, transformações e reproduções que perpassam pelos aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, educacionais, dentre vários outros.

Essas mudanças condicionam os agentes sociais vivenciar diversas transformações que refletem em suas ações cotidianas individuais ou coletivas de produção e reprodução do espaço vivenciado, estabelecendo os valores simbólicos que se incorporam com as redes relacionais em diferentes

contextos do ato – individual e social – do ser humano e assim condiciona-os a buscar e produzir uma nova história para a sua realidade.

Nesse estudo preferimos perceber os benefícios dessa era da informação e do conhecimento através de políticas públicas de universalização e democratização da educação, inserindo a EAD e as novas tecnologias como projeto social que possibilita e consolida a inclusão de um número bem maior de brasileiros no contexto de agentes escolarizados.

2. A Educação a Distância como Política Pública

A Educação a Distância como uma ação das políticas públicas implementadas pelos governos (Federal, Estadual, Municipal) busca o atendimento de uma educação crescente, inclusiva, com foco no desenvolvimento humano e regional país, esse contexto pode ser referendado por Hofling (2001, p.30-41) quando diz “políticas públicas entendidas como “o estado em ação”, implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Somente no final do século passado, mediante a promulgação pelo Congresso Nacional (BRASIL, 1996), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96, o estado brasileiro demonstrou interesse nas possibilidades da EaD como modalidade de ensino e em sua capacidade de ampliar o acesso dos brasileiros ao ensino superior e a especialização, isso demonstra a efetivação de política pública de desenvolvimento, pois a referida Lei em seu artigo 80 das Disposições Gerais, Título VIII, referenda que: “O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidade de ensino, e de educação continuada”.

Contribuindo também com essa discussão, a autora Celina Souza (2007), afunila o pensamento de que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos, colocando o governo em ação em benefício de muitos ou de grupos, já que propõe mudanças no rumo ou curso dessas ações públicas, pois a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas

e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Assim, de forma ampla, a autora faz ênfase às diversas definições e modelos sobre políticas públicas, sendo que os elementos principais que devem ser considerados são:

- ✓ A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- ✓ A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- ✓ A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- ✓ A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- ✓ A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- ✓ A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

De acordo como o Plano Nacional de Educação, o processo de universalização e democratização do ensino no Brasil apresenta déficits educativos e desigualdades sociais elevados. Os desafios educacionais existentes podem ter na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia e de atendimento as demandas regionais.

Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, a EAD tem função estratégica na contribuição para o surgimento de mudanças significativas nas instituições de ensino e grande influência nas decisões a serem tomadas pelos gestores políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais. O MEC, através da UAB, tem priorizado a atualização e aperfeiçoamento de professores, mas também a qualificação dos trabalhadores para atuarem no mundo do trabalho, o que em consequência da formação adquirida gera uma formação social com foco no desenvolvimento humano e regional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também considera a EAD como importante instrumento de formação e capacitação de professores em serviço. As tecnologias utilizadas na educação constituem um enorme potencial para o enriquecimento curricular e melhoria da qualidade do ensino. O que deve ser feito é preparar os profissionais da educação para melhor usá-las.

Portanto, a construção de uma comunidade escolar virtual participativa, inclusiva para essa demanda da EAD, deve ser pauta dos planejamentos e ações desenvolvidas nos currículos dos sistemas educacionais, conduzindo a resultados esperados de formação docente, aprovação e permanência com sucesso do aprendiz, para que os desafios sociais, culturais e de exclusão sejam superados com criatividade para que esses sujeitos se tornem tecnologicamente pronto para atuarem como parte, fundamental e essencial, dentro do contexto de sociedade com formação crítica, sustentável e desenvolvida.

Nesse contexto, a UAB surge como a efetiva ação no âmbito educacional de uma política pública de desenvolvimento que atende o cerrado brasileiro, em especial, o estado do Tocantins já que movimenta-se pela busca na melhoria das condições de vida da população em todos os aspectos.

3. EAD/UAB e os benefícios para o cerrado brasileiro

O estado do Tocantins, hoje pertencentes a região norte faz parte do segundo maior bioma da América do Sul - o Cerrado - que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ocupa uma área de 2.036.448 km², equivalendo a quase 22% do território brasileiro e se destaca pelo seu potencial aquífero, pela rica biodiversidade em espécies de plantas e animais, além do grande número de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, babaçueiras, vazanteiros, dentre outros que, mesmo longe dos grandes centros urbanos do país, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro e tem grande importância social, mas apresentam-se dentro de um contexto de precariedade e muitas dificuldades de acesso ao ensino qualificado.

Essa realidade percebe-se pelos resultados obtidos no componente Educação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para mensurar

a qualidade de vida em regiões e/ou países. Os índices de analfabetismo e da taxa de matrícula em todos os níveis de ensino demonstram que o desenvolvimento humano das regiões Norte e Centro-oeste ficam aquém das regiões Sul e Sudeste do país. Há de se considerar que os variados aspectos e dimensões geográficas das regiões evidenciam dificuldades de locomoção por terra, pela água e pelo ar e refletem que, em muitas localidades, as instituições de educação presenciais não dão conta por si só de atender todo o território em todos os níveis e modalidades de ensino.

Configura-se, portanto, que o Brasil, para o enfrentamento dessas demandas, necessita de políticas públicas voltadas exclusivamente para a educação, concretizando propostas e programas que atenda as expectativas de uma formação acadêmica de qualidade e se articulem para a consolidação de uma política educacional de inserção e para todos.

Buscando viabilizar e expandir a oferta da modalidade de ensino a distância no Brasil, o Governo Federal, através do Ministério da Educação – MEC/CAPES, cria em 2005 o Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB que institui-se através do Decreto 5.800 de junho de 2006 e pelo Decreto 11.502 de julho de 2007, objetivando sistematizar as ações, programas, projetos, e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no país, principalmente focado na formação de professores (formação inicial e continuada).

O Programa UAB, segundo o próprio MEC/CAPES sustenta-se em cinco eixos fundamentais:

- ✓ Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- ✓ Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- ✓ Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- ✓ Estímulo à investigação em educação superior a distância no País;
- ✓ Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de

recursos humanos em educação superior a distância.

Para a efetivação dessa política pública de expansão da educação faz-se necessário a implantação do pólo de apoio presencial que é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de EaD de responsabilidade das instituições públicas de ensino superior (IPES) formadoras. Esses pólos devem atender a uma demanda populacional em um raio de 100 km. Segundo a CAPES, O polo UAB é tipificado como efetivo se o mantenedor (responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos) for um ente federativo ou associado se o mantenedor for uma IES integrante do Sistema UAB.

O polo da UAB deve seguir o disposto pela Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, atualizada pela Lei 11.982 de 2009, atendendo aos padrões legais de acessibilidade, dispondo de de infraestrutura adequada, recursos humanos qualificados e documentação que comprove a sua institucionalização como vista a garantir ao acadêmico o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) necessárias à mediação didático-pedagógica dos cursos a distância através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA de qualidade quanto aos conteúdos das disciplinas, além da disponibilidade da biblioteca física e virtual que deverá ser utilizada.

Os recursos humanos responsáveis pela infraestrutura de um polo UAB inclui: Coordenador de Polo, Secretário ou Apoio Administrativo, Técnico de informática, Biblioteconomista ou Auxiliar de Biblioteca, Técnico para laboratório pedagógico (se for o caso), segurança,e agentes de manutenção e limpeza que tem funções definidas pela legislação. Quanto a estruturação tecnológica do pólo da UAB para atendimento da demanda existente deve basicamente dispor de laboratório de informática, conexão à *Internet* em banda larga, além de recursos midiáticos.

3.1. EAD/UAB no estado do Tocantins

A educação no estado do Tocantins é predominante pública e na modalidade de EAD atende pela UAB quase 3.000 (três mil) alunos, possui 16 (dezesesseis) polos de EAD/UAB autorizados e implantados conforme as exigências da

CAPES/MEC e mais 10(dez) para serem implantados em 2014, conforme dados:

Dado a localização geográfica e as dificuldades de acesso ao ensino superior presencial, a demanda por cursos EAD no estado do Tocantins é significativa, mas percebe-se que muitos municípios não conseguem a autorização para funcionamento devido as exigências da CAPES em relação aos critérios de aprovação da estrutura física dos polos, além da grande dificuldade financeira. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI, instituição mantenedora dos pólos de apoio presencial do estado, há perspectivas de dobrar o atendimento com recursos do Plano Plurianual – PPA 2012/2015, com vistas á garantia dos direitos dos cidadãos tocaninenses de receberem formação e qualificação para o mercado de trabalho e conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida.

3.2. EAD/UAB no pólo presencial de Palmas/TO

Neste contexto geográfico grandioso do Estado do Tocantins, surge Palmas como a ultima capital planejada e construída do século XX, acolhendo o centro administrativo e político da região. Está localizada no quadrante central do estado e a área territorial é de 2.219 km².

Hoje com 25 anos, Palmas, a capital do estado do Tocantins, com uma urbanização planejada é atrativo para o aumento do contingente populacional proveniente de diversas partes do país e do mundo, com expectativa geradas pelas novas oportunidades de emprego, formação acadêmica e posição social e tem uma população de mais de 225 mil habitantes que desfrutam de um bioma caracterizado por cerrado em um desenho urbano do macro parcelamento definido pelo Projeto Urbanístico de 1989, conforme levantamento mais recente do IBGE (2010).

O polo de apoio presencial da EAD/UAB no município de Palmas, foi autorizado e publicado no Diário Oficial da União, por meio do Edital de seleção Nº. 001/2005-SEED/MEC. O polo de Palmas foi criado estrategicamente dado o desenvolvimento regional e atualmente é o que possui mais cursos implantados e encontrava-se instalado em espaço compartilhado com o Colégio Militar de Palmas, na Quadra 206, Avenida LO 04, Lote 04, Palmas –

Tocantins, CEP: 77.013 – 020. Sua infra-estrutura conta com laboratório de informática, biblioteca básica, secretaria acadêmica, salas de aula, auditório e tutores presenciais para apoiar os alunos em horário de atendimento de segunda a sábado, nos turnos diurno e noturno. Atende a aproximadamente 1107 alunos, que conforme o quadro abaixo, estão assim distribuídos:

POLO DE PALMAS

CURSOS OFERTADOS	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Administração	UnB	Graduação
Agricultura Familiar e Sustentabilidade	UFSM/RS	Tecnólogo
Artes Visuais	UnB	Graduação
Especialização em Cuidados Pré-Natal	UNIFESP	Especialização
Aperfeiçoamento em cuidados primários em Oftalmologia	UNIFESP	Aperfeiçoamento
Especialização em Gestão Educacional	UFSM/RS	Especialização
Especialização em Gestão em Enfermagem	UNIFESP	Especialização
Especialização em Informática em Saúde	UNIFESP	Especialização
Especialização em Saúde Indígena	UNIFESP	Especialização
Teatro	UnB	Graduação
Especialização em Gestão Pública	UFT	Especialização
Especialização em Gestão Pública Municipal	UFT	Especialização
Especialização em Gestão em Saúde	UFT	Especialização

Tabela: 1 Fonte: Polo da UAB, Brasília, 2013

O perfil do aluno do pólo presencial de apoio da EAD/UAB em Palmas quanto ao gênero é basicamente equiparado o percentual, com idades que variam de 20 a 58 anos e nunca tinham feito nenhum curso superior ou estão na 1ª especialização.

No que diz respeito à moradia, 68% dos alunos moram na zona urbana da capita e estão envolvidos diretamente em trabalhos que envolve o comércio e órgãos públicos municipais e estaduais e necessitam da formação acadêmica para ascensão profissional e pessoal. Quanto a formação todos fizeram ensino médio em escolas públicas ou através do ensino supletivo, ofertado pelo Governo.

A modalidade de EAD favorece a formação pela flexibilidade nos horários de estudo e autonomia na aprendizagem levando-os a conclusão da formação superior, por ser o acadêmico um ser autônomo e gestor de seu processo de aprendizagem, capaz de auto dirigir e auto regular este processo, além da facilidade no entendimento da linguagem da plataforma MOODLE, utilizada na UAB que é auto explicativa.

4. Considerações Finais

Consideramos que a EAD consiste na união entre tecnologias de informação e conteúdos instrucionais que para funcionar depende do envolvimento responsável de alunos, professores, instituições de ensino, órgãos públicos, empresas e governos. Como a maioria dos municípios brasileiros não tem acesso a educação superior, a EAD emerge nesse cenário como alternativa para preencher essa lacuna de formação no Brasil e no mundo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 5622, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em: 10 mar.2014.

BRASIL. Ministério da Educação. REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTANCIA VERSÃO PRELIMINAR. Brasília. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>>. Acesso em: 09 mar.2014.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES. 2001, vol.21, n.55, pp. 30-41.

LEI DE DIRETRIZES E BASES -LDB n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 1996.

SOUZA. Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: Políticas Públicas no Brasil. / organizado por Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.